



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
MODALIDADE À DISTÂNCIA

CÍCERO TEIXEIRA MAIA

**A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NA CONSTRUÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS**

DUAS ESTRADAS/PB

2016

CÍCERO TEIXEIRA MAIA

**A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NA CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DAS
CRIANÇAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do
Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade à
Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de
Licenciado em Pedagogia.
Orientadora: Profa. Mestre Jéssica Lobo Sobreira

DUAS ESTRADAS/ PB

2016

CÍCERO TEIXEIRA MAIA

A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NA CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Aprovada em 22 de novembro de 2016.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa Orientadora - Jéssica Lobo Sobreira
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Profa. Keliene Christina da Silva
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Prof. Wilder Kleber F. de Santana
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

DUAS ESTRADAS/ PB
2016

M217i Maia, Cícero Teixeira.

A importância do lúdico na construção do desenvolvimento das crianças / Cícero Teixeira Maia.– Duas Estradas: UFPB, 2016.
43f.

Orientadora: Jéssica Lobo Sobreira
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia –
modalidade à distância) – UFPB/CE

1. Educação infantil.
2. Desenvolvimento psicossocial.
3. Ludicidade. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 373.2(043.2)

Com muito carinho à minha mãe Luiza da Silva
Maia, meu pai Benedito Teixeira Maia (*in
memorian*), às minhas queridas filhas Yana Mirian
e Maria Luiza e à minha esposa Maria do Rosário,
DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a professora e orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso, nossa querida e paciente Jéssica Sobreira, pelo apoio e encorajamento contínuos na pesquisa, à Coordenadora do TCC, Professora Idelsuite de Sousa Lima, “Idel”, ao Coordenador do Polo de Educação à Distância da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Aberta do Brasil (UAB), em Duas Estradas, o estimado Professor Ronaldo Adriano, pela sua atenção e dedicação durante mais essa jornada acadêmica, aos demais Mestres da casa, pelos conhecimentos transmitidos, à Coordenação do curso de Pós-graduação da Universidade pelo apoio institucional e suporte Pedagógico e tecnológico oferecido e a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a elaboração do presente estudo.

“Uma criança que, domina o mundo que a cerca é a criança que se esforça para agir neste mundo. Para tanto, utiliza, objetos substitutos aos quais confere significados diferentes daqueles que normalmente possuem. O brinquedo simbólico, o pensamento, está separado dos objetos e ação surge das ideias e não das coisas”. Vygotsky (1998).

RESUMO

Nosso estudo tem como pano de fundo à pesquisa bibliográfica, endossada com nossas experiências cotidianas e empíricas, envolvendo a ludicidade em seu caráter didático-pedagógico, no âmbito de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental no município de Duas Estradas onde tivemos a oportunidade em estagiar durante quatro semestres do curso de graduação em Pedagogia, pela Universidade Federal da Paraíba, especialmente no segundo semestre letivo do ano de 2016. No decorrer do estudo, foi feita uma abordagem teórica e metodológica sobre os aspectos legais e jurídicos envolvendo a educação infantil brasileira, a ludicidade e suas contribuições efetivas nas experiências vivenciais das crianças, correlacionados com os aspectos psicossociais indispensáveis a um desenvolvimento biopsíquico favorável às práticas educativas desenvolvidas naquele ambiente escolar. Por fim, analisou-se as contribuições que tais práticas mencionadas trouxeram à vida discente no decorrer do período estudado.

Palavras-chave: Educação Infantil. Desenvolvimento Psicossocial. Ludicidade.

ABSTRACT

Our study has as a background the bibliographical research, endorsed with our daily and empirical experiences, involving ludicity in its didactic-pedagogical character, in the scope of the Municipal School of fundamental education, "Francisco Felipe dos Santos", where we had the opportunity to train for four semesters of the EAD undergraduate course in Pedagogy by the Federal University of Paraíba, especially in the second semester of 2016, in the municipality of Duas Estradas-PB. In the course of the study, a theoretical and methodological approach was needed on the legal and legal aspects of Brazilian infant education, playfulness and their effective contributions in the children's experiences, correlated with the psychosocial aspects that are indispensable for a favorable biopsychic development. Educational practices developed in that school environment, analyzing also the contributions that these practices brought to the student life during the studied period.

KEYWORDS: Features. Playfulness. Pedagogy.

SUMÁRIO

1- CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
2- CAPÍTULO I – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	12
2.1. A BRINCADEIRA E O LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	14
3- CAPÍTULO II – À IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NO DESENVOLVIMENTO SOCIOCULTURAL E HISTÓRICO DAS CRIANÇAS	19
4- CAPÍTULO III - A LUDICIDADE COMO FENÔMENO MULTIFACETÁRIO, NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM	24
5- CAPÍTULO IV – A EDUCAÇÃO INFANTIL E SEUS DESAFIOS LEGAIS	26
6- CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
7-REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35
8- ANEXOS	40

1- CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O universo lúdico é parte integrante da vida infantil e com reflexos permanentes durante todas as fases do desenvolvimento do ser humano. Desta forma, é possível afirmar que o lúdico é uma ferramenta pedagógica que os professores podem e devem utilizar em sala de aula como técnicas metodológicas na aprendizagem, visto que através da ludicidade os alunos poderão aprender de forma mais prazerosa, concreta e, conseqüentemente, mais significativa, culminando em uma educação de qualidade.

Os jogos e brinquedos fazem parte da infância das crianças, onde a realidade e o faz de conta intercalam-se. O olhar sobre o lúdico não deve ser visto apenas como diversão, mas sim, de grande importância no processo de ensino-aprendizagem na fase da infância. A criança ao brincar e jogar se envolve tanto com a brincadeira, que coloca na ação seu sentimento e emoção.

A problemática que será analisada busca compreender a importância dos jogos e brincadeiras como subsídios eficazes na construção do conhecimento infantil através de estimulações necessárias na produção de sua aprendizagem. Com o objetivo de servir aos educadores, pais, psicólogos e os profissionais de áreas afins, o incentivo da ludicidade as crianças como uma das principais fontes de aprendizagem.

Portanto, partindo de tal pressuposto fundamenta-se a necessidade de evidenciar como o lúdico influencia no processo de ensino-aprendizagem infantil estabelecendo a consciência da importância dos jogos no desenvolvimento (psicossocial) e na educação da criança.

2- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo trata-se de uma pesquisa básica bibliográfica, elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e materiais disponibilizados na Internet. Em relação à sua natureza, foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa, pois, a mesma permite trabalhar com os sentimentos e falas dos envolvidos no estudo, pois, de acordo com Minayo (1994, p.21 e 22):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não pode ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

E, finalmente, destacamos que foi feita no presente estudo uma pesquisa bibliográfica, sendo esta utilizada para conhecer e descrever a literatura em metodologia qualitativa, pois, como afirma Yin (2005), “existe a necessidade de compilar as técnicas de coleta mais utilizadas para estudos organizacionais”.

Deste modo, percebemos no decorrer da análise bibliográfica, que à função desempenhada pelo lúdico na educação infantil, se bem elaborada e trabalhada didática e pedagogicamente, ao nosso sentir, será capaz de gerar diversos frutos positivos refletindo em qualidade de vida a todos que compõe o universo escolar. “Nas brincadeiras, as crianças transformam os conhecimentos que já possuíam anteriormente em conceitos gerais com os quais brinca. Por exemplo, para assumir um determinado papel numa brincadeira, a criança deve conhecer alguma de suas características”¹.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

- Analisar o uso de atividades lúdico-pedagógicas, como meio de desenvolvimento psicossocial das crianças.

1.2.2 Objetivos Específicos

¹ RCNEI, Vol. I, p. 27.

- Apresentar o aspecto simplório da visão empírica sobre a ludicidade no contexto da educação básica.
- Analisar o papel de alguns marcos teóricos jurídicos que destacam a ludicidade na educação infantil brasileira.
- Discutir a importância do lúdico no processo de ensino aprendizagem

2.1- A BRINCADEIRA E O LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Lidar com educação infantil é sempre uma atitude desafiadora nos dias atuais, onde as informações e surgimento de novas tecnologias são uma constante realidade, e por sua vez requer dos postulantes a educadores infantis e os próprios pedagogos, certas competências que vão desde sua formação acadêmica até o bom desempenho didático-pedagógico capaz de fazer face aos problemas sociais e políticos que permeiam nossa sociedade. Tais competências ganham maior importância, quando adentramos ao campo da educação básica e sua atuação permanente no convívio com crianças na primeira fase do desenvolvimento humano, que por suas peculiaridades vem requerer cuidados especiais no trato e adequação pedagógica aos conteúdos elencados em sala de aula sempre obedecendo aos critérios legais brasileiros delineados nos parâmetros curriculares nacionais adequados à infância, onde o ato de brincar e a ludicidade ganham relevância no cenário da educação nacional. Neste sentido, resta evidente que inúmeros teóricos da educação a exemplo de,

Vygotsky (1989), ao abordar o brincar, refere-se especificamente ao brinquedo de faz-de-conta, tanto em sua dimensão individual quanto grupal. Mais recentemente, estudos têm mostrado a importância das brincadeiras turbulentas para o desenvolvimento infantil (Jarvis, 2006; Scott & Panksepp, 2003; Smith & Pellegrini, 2004). Estas seriam brincadeiras que envolvem comportamentos fisicamente vigorosos e agitados, como empurrar, brincar de luta e perseguir. Esses estudos vêm demonstrando que as brincadeiras turbulentas estão relacionadas ao desenvolvimento de habilidades psicomotoras e sociais nas crianças. (MARQUES et. Al.p.415, 2013).

Muito se fala em nossa sociedade moderna sobre a importância do ato de brincar e do lúdico como sendo ferramentas propiciadoras de um melhor desenvolvimento psicomotor, físico, bem como na aquisição de competências cognitivas no campo educacional. No entanto, para melhor compreendermos a relevância do tema em estudo, necessário se faz compreendermos mesmo que sucintamente o que seria “brincar” e “brincadeira”, num contexto educacional. Alguns teóricos buscaram definir o termo, com, por exemplo, LUCKESI, (2005, p.1),

O conceito de brincar que perpassa nosso cotidiano é bastante moralista. Aqui e acolá dizemos ou ouvimos dizer: “Agora, acabou a brincadeira; vamos trabalhar”; “Aqui não é lugar de brincadeira”; “Isso não é uma brincadeira”; “Vocês estão brincado, mas é preciso levar isso a sério”. Essas e outras expressões não fazem jus ao conceito de brincar. Ao contrário, desqualificam-no.

Ante essa visão ainda pejorativa que tenta desqualificar o ato de brincar, numa visão extremamente egóica é que deveremos buscar um parâmetro lógico para percebermos a carga cultural discriminatória que infelizmente ainda existe em várias escolas primárias brasileiras que ainda não compreenderam que [...] “o brincar é esse agir criativo no espaço potencial de todas as possibilidades, que são infinitas, e a sua consequente expressão objetiva, que traz ao cotidiano criativamente uma dessas possibilidades”. (LUCKESI, 2005).

Já na visão de QUEIROZ, Et. Al., (p.170, 2006), numa definição de “brincadeira”, temos que,

“A brincadeira é uma atividade que a criança começa desde seu nascimento no âmbito familiar” (Kishimoto, 2002, p. 139) e continua com seus pares. Inicialmente, ela não tem objetivo educativo ou de aprendizagem pré-definido. A maioria dos autores afirma que ela é desenvolvida pela criança para seu prazer e recreação, mas também permite a ela interagir com pais, adultos e coetâneos, bem como explorar o meio ambiente.

Por esta ótica o ato de brincar e as brincadeiras são ínsitos aos seres humanos, facilitando inclusive à interação entre os familiares das crianças e todos que compõem o seu universo sociocultural, inclusive com outras crianças possuidoras de idade próxima ou idêntica ao brincante. Contudo, não é tarefa tão fácil, chegarmos a uma definição para os termos centrais de nosso estudo,

No ‘Ciclo de Debates sobre o Brincar’¹, Carvalho, Salles, Guimarães e Debortoli (2005), observaram a diversidade de discursos e concepções do ato de brincar. Examinando essa questão, Spodek e Saracho (1998) apontam que a dificuldade em se chegar a uma definição consensual sobre a brincadeira advém da falta de critérios para se classificar uma atividade como tal; assim, em alguns contextos ou momentos uma atividade pode ser considerada brincadeira, e deixar de sê-lo em outros, o que depende da relação que se estabelece com a situação, do significado que assume para quem brinca. Nesta perspectiva, a brincadeira infantil assume uma posição privilegiada para a análise do processo de constituição do sujeito; rompendo com a visão tradicional de que ela é atividade natural de satisfação de instintos infantis, o autor apresenta o brincar como uma atividade em que, tanto os significados social e historicamente produzidos são construídos, quanto novos podem ali emergir. A brincadeira e o jogo de faz-de-conta seriam considerados como espaços de construção de conhecimentos pelas crianças, na medida em que os significados que ali transitam são apropriados por elas de forma específica. (QUEIROZ, Et. Al., p.171, 2006).

É justamente na fase infantil e mediante o ato de brincar que até mesmo os traços éticos e morais dos indivíduos são devidamente construídos ao longo da vida, afinal [...] “A criança é um ser em constante fase de crescimento capaz de agir, interagir, descobrir e transformar o mundo, com habilidades, limitações e potencialidades”. (TEIXEIRA E VALPONI, 2014).

Neste sentido, é válido observarmos que,

Um caso muito diferente foi o da grande inovação do falecido Lord Baden-Powell, cuja finalidade era dar uma utilização benfazeja ao poder social do espírito infantil organizado. Não se trata de puerilismo, pois assenta numa profunda compreensão dos hábitos e inclinações das crianças, da qual deriva a organização em estilo lúdico do movimento escotista. Temos aqui um dos exemplos mais expressivos de um jogo que se aproxima tanto da ludicidade criadora de cultura da época arcaica quanto é possível em nossa época. Mas quando a política é invadida por formas deturpadas de escotismo passa a haver lugar para perguntar se o puerilismo que domina a sociedade atual será ou não uma função lúdica. (HUIZINGA, 2000, p.147).

Longe de ser apenas uma simples manifestação pueril de crianças, o ato de brincar, reflete em si mesmo, uma fonte riquíssima de aprendizado e desenvolvimento humano, devidamente observado e direcionado pelo importante teórico Lord Baden-Powell em seu movimento escotista e seu estilo lúdico. [...] A educação infantil é um espaço privilegiado para falar dessa temática; afinal, dentro do sistema de ensino, a educação infantil, ou a pré-escola como também é chamada por alguns autores, é um dos poucos lugares onde o lúdico ainda é visto como apropriado, ou mesmo “inerente” ou “natural”. (BARBOSA, 1997, p. 399).

Sabendo que o ato de educar requer além de aspectos meramente técnicos, outras competências por parte do educador, como por exemplo, o carinho e o respeito pelos educandos, o que nos remete ao entendimento de que o ato de ensinar, jamais deve ser pautado pela severidade tão decantada nos primórdios de nossa recente história da educação brasileira. Neste sentido,

A educação pautada pela severidade e pela disciplina extrema é condição propícia para a barbárie. A dureza significa indiferença em relação à dor. E a insensibilidade é um dos obstáculos à filosofia e à educação emancipatória. Segundo Aristóteles, foi pela sensibilidade (*thauroma*) que os homens começaram a filosofar (cf. Metafísica I, 982). A insensibilidade é uma das características das pessoas desprovidas de autoconsciência e, portanto, autoritárias. Os indivíduos desprovidos de autoconsciência constituem o caráter manipulador. São pessoas

desprovidas de emoções, detentoras de consciência “coisificada” transformando a si mesmas e aos outros em “coisas”. (OLIVEIRA, 2009, p.41).

É importante compreendermos o papel do ato de brincar, no universo infantil e suas relações com a construção de um cidadão consciente e emocionalmente estável, pois sabemos que [...] o brincar é uma ação livre, que surge a qualquer hora, iniciada e conduzida pela criança; dá prazer, não exige como condição um produto final; relaxa, envolve, ensina regras, linguagens, desenvolve habilidades e introduz a criança no mundo imaginário. (KISHIMOTO, 2010).

Por essas razões concordamos com KISHIMOTO, (op. Cit., p.1), quando afirma que,

A criança, mesmo pequena, sabe muitas coisas: toma decisões, escolhe o que quer fazer, interage com pessoas, expressa o que sabe fazer e mostra, em seus gestos, em um olhar, uma palavra, como é capaz de compreender o mundo. Entre as coisas de que a criança gosta está o brincar, que é um dos seus direitos. O brincar é uma ação livre, que surge a qualquer hora, iniciada e conduzida pela criança; dá prazer, não exige como condição um produto final; relaxa, envolve, ensina regras, linguagens, desenvolve habilidades e introduz a criança no mundo imaginário.

Como é praxe em todo trabalho de cunho acadêmico científico como o que se apresenta, é válido entendermos a criança como sendo sujeito de direitos e neste sentido, o direito de viver pacificamente, em condições salubres e ter acesso à educação especialmente na primeira infância, onde o ato de estudar, certamente se amolda aos chamados direitos sociais tão bem destacados em nossa Constituição Federal de 1988. Por esses motivos, concordamos com MACÊDO E DIAS (2015, p.102), quando afirmam que,

No âmbito político e jurídico, foram aprovados documentos legais, como a Carta da Convenção Internacional dos Direitos das Crianças (1889), que despontaram, internacionalmente e nacionalmente, como matrizes de novos interesses e concepções inéditas de infância e de criança como sujeito de direitos. É importante destacar que o movimento político em prol dos direitos da criança tem uma relação direta e interdependente com o campo das ciências sociais e humanas. Isto porque tem havido certa interlocução entre a esfera pública estatal e a academia, da qual têm se difundido concepções e práticas que afirmam a criança como sujeito, cidadã de direitos.

Nesta perspectiva estamos a desenvolver o presente estudo durante o segundo semestre do ano de 2016, sempre embasados nos ditames da Lei nº 9394/96, que instituiu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), especialmente quando cita em seu artigo 1º § 2º, que “a

educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”, sendo o ato de brincar, ao nosso sentir uma relevante prática social, que desenvolve os educandos em todos os sentidos para vivências democráticas, cidadãs e pacifista, que devem e podem ser trabalhada em ambiente escolar. No mesmo sentido, temos ainda o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998, p.13), que destaca como um de seus princípios norteadores o seguinte:

Considerando-se as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças de zero a seis anos, a qualidade das experiências oferecidas que podem contribuir para o exercício da cidadania devem estar embasadas nos seguintes princípios: (...) o direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;

Desse modo, resta evidente o papel de destaque do lúdico em nosso sistema educacional, pois este se coaduna com os diplomas legais, norteadores de nossa educação, acima citados, uma vez que estes destacam à importância da ludicidade na formação dos educandos, especialmente os que integram as séries iniciais da educação básica em função das especificidades próprias do período infantil, eis que está devidamente comprovada a eficácia dos recursos didáticos e pedagógicos consubstanciados pelo lúdico, na conquista de excelentes níveis de compreensão e aprendizagem escolar pelos educandos, possibilitando a construção conjunta de um mundo melhor, onde a pacificidade e o respeito pelas diversidades ocupam papéis relevantes no processo de ensino e aprendizagem na construção da cultura de paz como uma estratégia de superação da violência no meio escolar.

Nesse universo, íntimo e criativo, às crianças ao longo de seu desenvolvimento biopsíquico vão adquirindo competências sócias emocionais necessárias à vida, permeada de heranças culturais que influenciam diretamente em suas aquisições cognitivas. Desse modo,

A motivação da criança para criar situações imaginárias para interpretar papéis relaciona-se com o momento de seu desenvolvimento. No primeiro ano de vida, todas as necessidades das crianças estão encarnadas no adulto e a atividade que impulsiona seu desenvolvimento é a comunicação emocional que se estabelece com esse adulto. A partir do segundo ano de vida, são os objetos e a atividade de exploração destes, no interior da atividade conjunta com os adultos, que adquirem força impulsionadora do desenvolvimento (Bozhóvich, 1987). Só na idade pré-escolar, descortina-se para a criança o mundo das relações sociais. Assim, manifesta-se nela a necessidade de agir como o adulto. Todavia, isso concretamente é impossível e ela satisfaz essa necessidade na brincadeira de papéis criando uma situação imaginária, para representar um tema, ou seja,

relações e atividades humanas que conhece. (MARCOLINO E MELLO 2015, p.459).

Atualmente é inconcebível que os educadores modernos (especialmente os pedagogos), negligenciem o papel do lúdico na educação infantil, respeitando os estágios evolutivos do ser humano em crescimento psicoemocional e motor, entendo que à imaginação infantil se expande nos momentos lúdicos e recreativos, possibilitando ao professor atento, inserir os conteúdos acadêmicos, gradativa e eficazmente respeitando às individualidades e níveis de compreensão dos infantes educandos.

3- À IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NO DESENVOLVIMENTO SOCIOCULTURAL E HISTÓRICO DAS CRIANÇAS

Para fins de melhor compreensão de o tema nuclear do nosso subtítulo, é válido buscar uma conceituação morfológica do vocábulo “lúdico”, mesmo que propedeuticamente, eis que o presente estudo não tem à pretensão de esgotar o tema central, no entanto, se faz necessária tal definição para melhor situar didaticamente nosso estudo. Senão vejamos:

A palavra lúdico vem do latim *ludus* e significa brincar. Neste brincar estão incluídos os jogos, brinquedos e divertimentos e é relativa também à conduta daquele que joga que brinca e que se diverte. Por sua vez, a função educativa do jogo oportuniza a aprendizagem do indivíduo, seu saber, seu conhecimento e sua compreensão de mundo. (SANTOS, 2010).

Feita esta brevíssima definição já temos ao menos uma pequena noção do que haveremos de tratar em nosso estudo, considerando que “brincar não é mera brincadeira”, no sentido depreciativo muitas vezes ainda usado em nosso meio social, quando nos referimos a este ato sublime, reflexivo e altamente propiciador de conhecimentos em virtude de sua função educativa que requer além do conteúdo intelectual, espaço físico e tempo condizente com as práticas lúdicas.

De acordo com Marques e Sperb,

O tipo de interações, as atividades, a organização dos espaços e do tempo nas escolas infantis estão fortemente relacionados ao contexto cultural em que as instituições estão inseridas. Para Rogoff, Mosier, Mistry e Göncü (1993), as práticas sociais que promovem o desenvolvimento infantil variam conforme a cultura e estão ligadas a valores e hábitos considerados importantes em determinado contexto. (2013, p.414).

A infância e a criança, conhecidas e compreendidas no contexto vigente são, pois, cidadãs de direitos, sujeitos sócio históricos, singular e diverso. Nem sempre foi assim. Sabe-se, pois, que as definições e conceituações que existem relativas à criança e a infância se constituíram num processo histórico e social árduo, onde as práticas sociais voltadas à infância englobam em seu bojo, não apenas o ato de cuidar, mas o de conduzir coerentemente o processo de desenvolvimento integral deste ser humano, ávido de potenciais e anseios a serem orientados, direcionados e acolhidos nesta etapa evolutiva decisiva e necessária que é o período infantil.

Em relação às crianças pequenas, num ambiente escolar é sempre bom [...] “escutar suas opiniões torna-se importante quando se considera que elas possuem um papel ativo enquanto membros de seu grupo cultural”. (Marques e Sperb, p.414 op. Cit.). Acreditamos que seja justamente pela relevância assumida pela educação lúdica que o próprio Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, destaca como uma de suas diretrizes. [...] “compreender o caráter lúdico e expressivo das manifestações da motricidade infantil poderá ajudar o professor a organizar melhor a sua prática, levando em conta as necessidades das crianças”. (RICNEI-vol. 3, 1998, p 19).

Neste diapasão, percebemos que pelo menos em termos legais, existe no Brasil uma tendência que prioriza uma educação de qualidade, onde [...] o prazer lúdico seja o gerador do processo de produção; (RICNEI-vol. 3 1998 p. 107). Talvez seja por isso que,

A educação, nos seus diversos âmbitos, familiar, religiosa, não formal, formal, tem a possibilidade de mediar uma construção sadia da vida. Na medida em que grande parte da população mundial passa por ela (aproximadamente cinco sextos de todos os homens e de todas as mulheres existentes no mundo), é imenso o poder que tem a educação de interferir numa direção sadia a ser dada à vida. Neste sentido, a ludicidade com fundamento na Biossíntese pode, a partir de sua teoria e de sua prática, oferecer fundamentos para uma educação voltada para um futuro menos neurótico e mais promissor para a vida humana, na medida em que seu objetivo é restaurar e estabelecer uma vida mais saudável a todo ser humano. A Biossíntese possui suficiente aporte teórico e metodológico que pode dar fundamento a uma prática educativa lúdica, tema que nos interessa diretamente neste texto. (LUCKESI 2005, p.37).

Aprender brincando, despertar nos educandos através de atividades lúdicas e pedagógicas fundamentadas na biossíntese, o prazer e gosto pela leitura, pelo raciocínio lógico e todas às

competências necessárias a um aprendizado eficaz, atuando inclusive como medida profilática na prevenção de graves problemas relacionados às neuroses, como nos faz entender o autor acima citado. No mesmo sentido, Carvalho et. Al., afirmam que,

No Brasil, tem-se observado uma preocupação crescente com a educação infantil. Isso pode ser identificado em vários níveis, dentre os quais se inclui o legislativo. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB- (Brasil,1996), a educação infantil passa a ser parte educação básica, constituindo sua primeira etapa. Ela deve ser oferecida em creches e pré-escolas, com a finalidade de promover o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade. Esta mesma lei defende o pluralismo das idéias e das concepções pedagógicas, a fim de garantir excelência na educação. (2005, p. 217).

Necessariamente, quando nos propomos, na qualidade de educadores dispostos a enfrentar um constante processo de autoeducação e avaliação aprendermos também com nossas crianças em situações lúdico-pedagógicas, embasadas nos vastos conteúdos teóricos existentes, certamente nos tornaremos coparticipes de um processo educacional construtivista, focado na promoção do ser humano em sua mais profunda aceção, resultando em resultados positivos, para que não ocorra o que bem destacam Marcolino e Mello, quando afirmam que,

No entanto, como aponta Mello (2007) o quadro típico das escolas de Educação Infantil manifesta a ideia de que é desejável antecipar a aprendizagem das crianças com espaços, rotinas, organização do tempo e relações próprias do Ensino Fundamental, ignorando as formas de aprender das crianças pequenas e desprezando as possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento criadas pela brincadeira de papéis. (2015, p.468.)

Numa breve interface com o pensamento esposado pelos autores acima, retratando a dura realidade de nossas escolas de educação infantil, nos fazem refletir sobre o papel relevante daquele que detêm os conhecimentos da moderna Pedagogia, onde a ludicidade anda de mãos dadas com o processo de ensino e aprendizagem, cumprindo assim o seu dever ético e social de agente cooperador direto das mudanças tão decantadas pelos nossos teóricos modernos em benefício da própria evolução sociocultural e histórica revolucionando à área educacional, que ao nosso sentir consiste na mola propulsora das transformações humanas ao longo do tempo. [...] Deste modo uma educação lúdica, a nosso ver, é uma orientação adequada para uma prática educativa que esteja atenta à formação de um ser humano ou de um cidadão saudável para si mesmo e para a sua convivência com os outros, seja na vida privada ou pública (LUCKESI, p.43). Por outro viés, e de acordo com o pensamento de Alves et. Al.,

A relação de oposição entre a realidade no brincar deve-se ao fato de que a atividade lúdica apoia-se, fundamentalmente, no princípio do prazer, pois a criança ao brincar procura apoio nas coisas visíveis e palpáveis do mundo real experimentando prazer em unir a elas seus objetos e situações imaginárias. Este processo primário e secundário consciente e inconsciente se interpenetra na realidade e esta se interconecta com a fantasia. O brincar se diferencia do sonho, pois no ato de brincar a consciência adquire importância primordial: a criança sabe que seu jogo não é correspondente à realidade, embora os dados da realidade sirvam de base para o brincar. Por outro lado, através do jogo cria, corrige os aspectos insatisfatórios do real que realiza sua imaginação e seus desejos.

O ato de brincar transcende o mundo fantástico dos sonhos, pois como bem enfatizado pelas autoras, este ato parte sempre de algo real, devidamente constatado pela capacidade sensorial da criança, perpassando pela associação mental chegando por fim às raias da imaginação e da criatividade, como fatores imprescindíveis ao bom desenvolvimento infantil. Na mesma linha, e convocando os educadores à contextualização do lúdico na educação básica, de acordo com o pensamento de Teixeira e Volpine, temos que,

Se o brincar auxilia na aprendizagem, é necessário que os professores sejam a favor do lúdico, pois do contrário a escolarização infantil perderá a sua principal característica. É através do lúdico que o professor obtém informações valiosíssimas sobre seus alunos além de estimulá-los na criatividade, autonomia, interação com seus pares, na construção do raciocínio lógico matemático, nas representações de mundo e de emoções, ajudando assim na compreensão e desenvolvimento do universo infantil. (2014, p.78).

Na construção de uma educação infantil de qualidade, onde o lúdico ocupe papel preponderante, o educador também se torna protagonista, eis que pela observação e interação com as crianças em ambiente escolar, este será um agente mediador de situações e inúmeras oportunidades de aprendizado, criação e produção intelectual e afetiva, proporcionando aos educandos o fortalecimento de laços sociais e culturais que se encorpam na personalidade dos mesmos, deixando marcas profundas na formação do seu caráter, servindo também de riquíssimo campo de observação e crescimento intelecto-moral ao docente envolvido com educação e ludicidade. São valiosas às observações de Teixeira e Valpini, (2014, p.77) quando destacam que [...] “brincar auxilia na aprendizagem fazendo com que as crianças criem conceitos, ideias, em que se possam construir explorar e reinventar os saberes”. Refletem, portanto, sobre sua realidade

e a cultura em que vivem nos fornecendo um vasto campo para pesquisas e novas descobertas neste universo infantil que mesmo sendo objeto de inúmeros estudos científicos ainda tem muito a nos revelar ao longo do tempo. Assim sendo, Marcolino e Mello, são enfáticos em afirmarem que,

Como lembra Zaporózhets, (1987, p.246), a aprendizagem na escola da infância acontece e assume um caráter desenvolvvente quando: (...) os métodos de educação se estruturam em correspondência com as particularidades psicofisiológicas da idade pré-escolar, quando, por exemplo, o ensino dos pré-escolares não se realiza sob a forma da tradicional lição escolar, mas sob a forma do jogo, da observação direta e prática, de diferentes tipos de atividade prática, plástica, etc.. (Zaporózhets, 1987, p. 246, *tradução nossa*). (2015, p.468.)

Os autores acima citados são dignos de nossa total anuência, pois atualmente não se concebe em nenhuma hipótese (apesar de existirem ainda fortes resquícios) uma educação infantil tradicionalista e castradora do potencial criativo de nossas crianças, sendo o lúdico, ferramenta indispensável para o melhor conhecimento do universo ainda muito longe de ser totalmente revelado, que por ausência de terminologia mais adequada, apenas denominamos “infância”.

Para Marcolino e Mello (2015, p.450), apud Vygotsky (2008), são enfáticas em afirmarem que, [...] “na brincadeira de papéis, a criança está sempre uma cabeça acima do seu tamanho, comportando-se como alguém em geral mais velho que ela. Assim, as regras do papel iniciam a criança no exercício da autodisciplina tão fundamental ao processo de aprendizagem e, conseqüentemente, de desenvolvimento”. Assim, concordamos com Rolim et. Al., (2008, p.177), quando afirma, que,

O brincar prepara para futuras atividades de trabalho: evoca atenção e concentração, estimula a autoestima e ajuda a desenvolver relações de confiança consigo e com os outros. Colabora para que a criança trabalhe sua relação com o mundo, dividindo espaços e experiências com outras pessoas.

Desta forma, resta devidamente comprovada a necessidade premente de todos nós que laboramos na seara da Educação Infantil, adequarmos as nossas práticas aos conhecimentos lúdicos propiciadores da emancipação lógica, saudável e democrática de nossos educandos, sejam nas escolas particulares ou especialmente nas públicas que esta ferramenta pedagógica deve ser maneja com todo o zelo e discernimento para num futuro próximo já colhermos os frutos de

nossas práticas lúdicas e educativas valiosíssimas ao excelente desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

4- A LUDICIDADE COMO FENÔMENO MULTIFACETÁRIO, NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM.

Ao observarmos as crianças (e adolescentes) como sujeitos de direitos, individual e gradativamente desenvolvendo potências inerentes às fases do desenvolvimento humano, que devem ser verdadeiramente consideradas, não apenas no âmbito escolar, mas no meio social como um todo, eis que não podemos falar coerentemente de qualidade e desenvolvimento psicossocial infantil, sem ao menos refletir nesse importante viés que nos conscientiza da realidade premente em todos os quadrantes de nossa sociedade no que se refere à visão moderna que deve adotar em relação as nossas crianças especialmente nos primeiros anos de existência, bem como os adolescentes, cuja proteção é dever de todos. Nossa legislação pátria é farta em leis e decretos que exaltam à proteção não especificamente das crianças (objeto central de nosso estudo), mas dos adolescentes que reclamam amparo legal e especialmente social por sua condição de fragilidade e vulnerabilidade psicológica, física e emocional. Desta feita, podemos entender que,

A criança e o adolescente são sujeitos e, como tal, são responsáveis por sua demanda e seu sintoma. São sujeitos de direitos e detentores de lugares autênticos de fala. A noção de sujeito implica também a de singularidade, ou seja, não é possível pensar em tratamentos e abordagens terapêuticas de forma homogênea e prescritiva, pois vale a máxima de que “cada caso é um caso”. Nessa linha, é preciso reconhecer voz e escuta de cada criança e adolescente. Cumpre alertar que, mesmo na ausência de pais ou responsáveis, crianças e adolescentes têm direito ao atendimento eventual ou não eventual. (BRASIL, 2014, p.23).

Neste universo “*sui generis*” que tem por base o ser humano em sua infância, é imperioso que tenhamos na condição de adultos, especialmente nós que fazemos às vezes de pedagogos e demais profissionais que lidam cotidianamente com crianças, um despertar cognitivo voltado às aptidões da beleza e da sensibilidade natural para vê e ouvi-las dentro da singularidade de que são portadoras. Em função de tudo isso, é que nós educadores da atualidade, deveremos dialogar sempre com outros ramos do conhecimento, diferentes da área educacional, a exemplo na área da saúde em função da intrínseca ligação com o tema de nosso estudo. Contudo, poderemos certamente anuir com o que foi exposto pelo Ministério da Saúde, quando afirma que,

Não há produção de saúde sem produção de saúde mental. Logo, é preciso levar em conta que, ao se receber cuidados em saúde, devem ser consideradas as dimensões biológica, psíquica e social dos indivíduos. Se uma criança ou um adolescente apresenta algum grau de sofrimento (com angústias, medos, conflitos intensos, por exemplo), não será possível *tratar* sua saúde sem considerar esse componente emocional/relacional significativo. Muitos sintomas físicos têm origem em situações de sofrimento psíquico de origens diversas (na relação com instituições, com a família e consigo mesmo, entre outras). (BRASIL, 2014, p.23).

Considerar educação infantil, como mero “cabide de emprego”, ensejando o apadrinhamento político e manutenção de miserabilidade e ignorância social, é algo que nos faz refletir nas assertivas acima citadas e toda complexidade que envolve as relações interpessoais envolvendo crianças, que perpassa por uma série de componentes psíquico, culturais, históricos, emocionais, sociais, dentre outros, tão bem analisados do Sigmund Freud em sua teoria. Assim sendo,

De acordo com a teoria freudiana, a evolução psicossocial da criança ocorre de forma gradual. O prazer experimentado pela obtenção de sensações agradáveis concentra-se em três zonas características, determinando diferentes estágios, que acompanham a sua maturação e desenvolvimento e se constituem a base do relacionamento entre a criança, a mãe e o meio que a circunda (ASSUMPÇÃO; SPROVIERI, 1987): (MOREIRA, 2011, p.120).

Por essas considerações a autora acima citada, faz importantes considerações associando a evolução psicossocial da criança com a teoria freudiana nos remetendo ao entendimento de que o indivíduo na fase infantil sofre influência direta de fatores internos e externos, sendo a qualidade e grau do desenvolvimento medido pelo *quantum* afetivo e emocional haurido por esta criança em seus estágios evolutivos se é que assim poderemos entender. “Não só o indivíduo é modelado pelo ambiente, como também o modela, e isso acontece para cada um de forma diferenciada, conforme descreve Rey (1993)”. (VALLE, 24).

Os fatores que influenciam no desenvolvimento da criança devem ser os mais variados, uma vez que a pessoa se constrói a partir das suas, mas também das vivências dos outros. Então, temos como fatores próprios da criança a inteligência, a motivação, a curiosidade, acompanhados de fatores sociais, históricos, culturais, afetivos, emocionais que compõem o meio no qual ela está inserida.

5– A EDUCAÇÃO INFANTIL E SEUS DESAFIOS LEGAIS

Para melhor situarmos didaticamente nossa proposta de estudo, devidamente mencionada no subtítulo acima, é importante buscarmos uma definição mesmo que perfuntória para o termo “desenvolvimento psicossocial”. Para isso, temos que,

O desenvolvimento psicossocial é o estudo indispensável para a formulação de estratégias eficazes que permitam transcender nossa realidade educacional, da qual o psicólogo não pode se alienar. Este estudo teórico preocupa-se com a reflexão indispensável à mudança de paradigmas que, no momento, não garantem campo de trabalho ao psicólogo escolar, apesar da evidente demanda. (VALLE, 2003, p.22).

Traçadas minimamente as bases teóricas para estudarmos o tema acima proposto, eis que num trabalho ora proposto não há como aprofundarmos tal temática uma vez que foge completamente ao objeto aqui traçado, nos acostamos inteiramente ao pensamento da autora acima, pois, sabemos que a criança se desenvolve em vários contextos com características específicas, isto é, com regras, atitudes, valores e modos de estar e ser concretos. “Desde o primeiro dia em que vem ao mundo, o ser humano começa a ter consciência de que existe um mundo externo a si” (DIAS Et. Al.p.13 1982). Não obstante poderemos ainda, entrever numa abordagem construtivista, que,

Para J. Piaget, dentro da reflexão construtivista sobre desenvolvimento e aprendizagem, tais conceitos se inter-relacionam, sendo a aprendizagem a alavanca do desenvolvimento. A perspectiva piagetiana é considerada maturacionista, no sentido de que ela preza o desenvolvimento das funções biológicas – que é o desenvolvimento - como base para os avanços na aprendizagem. Já na chamada perspectiva *sócio-interacionista*, *sócio-cultural* ou *sócio-histórica*, abordada por L. Vygotsky, a relação entre o desenvolvimento e a aprendizagem está atrelada ao fato de o ser humano viver em meio social, sendo este a alavanca para estes dois processos. Isso quer dizer que os processos caminham juntos, ainda que não em paralelo. (RABELLO, Et. Al. p.4)

Portanto, a partir da perspectiva de Piaget, acima citada, o papel do educador é preparar um ambiente enriquecido, apropriado ao desenvolvimento dos educando, se valendo para isso de todos os recursos didáticos e pedagógicos disponíveis e capazes de serem produzidos em sala de aula ou fora dela, usando sempre o senso crítico e autocrítico no sentido de jamais se esquecer

das peculiares psicoemocionais intrínsecas de cada criança inserida no processo de educação infantil (especialmente) sendo os conteúdos devidamente adequados à distorção série x idade. Assim é válido compreendermos também que,

Quando se observa bebês recém-nascidos, é possível perceber alguns sinais de emoções programadas biologicamente, como nojo, interesse, angústia e satisfação. Dos dois aos sete meses, percebe-se a manifestação de novas emoções básicas: tristeza, raiva, alegria, surpresa e medo. *“Essas emoções são percebidas em todos os bebês saudáveis da mesma idade e em diversas culturas”*. (SHAFFER; KIPP, 2012, p. 482). Inicialmente, elas são despertadas através de estímulos inatos, devido às necessidades vitais do indivíduo; posteriormente, as crianças vão aprendendo a manifestar outras emoções, a partir das experiências sociais. (JESUS, p.311, 2015).

Desta feita, resta devidamente comprovada a tese da programação biológica, visivelmente destacadas nas crianças pequenas e sua imbricada relação com a emotividade, devendo ser trabalhada com o devido respeito e profissionalismo por todos os que se aventurem pelos espinhosos e floridos caminhos da Pedagogia e seus desdobramentos práticos com reflexos diretos na vida dos educandos e da sociedade como um todo.

Note-se que o educador infantil na atualidade assume um papel de vanguarda ao projeto revolucionário na educação básica que já encontra respaldo em nossa legislação pátria desde a Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Parâmetros Curriculares Nacionais referentes à educação infantil bem como nos diplomas internacionais que enaltecem uma educação de qualidade especialmente quando se refere às crianças e adolescentes. Senão vejamos o que alguns dos diplomas legais acima citados afirmam textualmente sobre esse excitante debate educacional envolvendo sempre crianças e/ou adolescentes como mote. A nossa própria Constituição Federal de 1988 destaca em seu artigo 227,

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010).

A família também ganha relevância no projeto futurista de nossa educação nacional, eis que aparece como núcleo cooperador direto da formação ético, intelecto e principalmente moral de nossas crianças, funcionando como célula “*mater*” de nossa sociedade, na prevenção, cuidado e orientação desses seres humanos e cidadãos em potencial desenvolvimento biopsíquico, mesmo que na realidade cotidiana ainda estejamos muito distantes das premissas legais acima elencadas por uma série de fatores que numa pesquisa simplória como a nossa não daria para aprofundar essas premissas que entrevemos pelo simples senso comum. Nesse viés que também foram traçados pelo Ministério da Educação (MEC), os chamados Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s) que exortam também que,

Cada criança ou jovem brasileiro, mesmo de locais com pouca infraestrutura e condições socioeconômicas desfavoráveis, deve ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários para o exercício da cidadania para deles poder usufruir. Se existem diferenças socioculturais marcantes, que determinam diferentes necessidades de aprendizagem, existe também aquilo que é comum a todos, que um aluno de qualquer lugar do Brasil, do interior ou do litoral, de uma grande cidade ou da zona rural, deve ter o direito de aprender e esse direito deve ser garantido pelo Estado. (BRASIL, p.28).

Da análise da citação acima, percebemos claramente o desejo daqueles que legislam (pelo menos num plano teórico e legal), uma educação nacional, (pública) de qualidade que atenda a bom grado as necessidades básicas de nossas crianças (e jovens).

Quando perpassamos à educação nacional, de logo verificamos o destaque dado à infância, pois, como asseveram Carvalho et. Al. (2005),

No Brasil, tem-se observado uma preocupação crescente com a educação infantil. Isso pode ser identificado em vários níveis, dentre os quais se inclui o legislativo. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB- (Brasil, 1996), a educação infantil passa a ser parte educação básica, constituindo sua primeira etapa. Ela deve ser oferecida em creches e pré-escolas, com a finalidade de promover o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade. Esta mesma lei defende o pluralismo das ideias e das concepções pedagógicas, a fim de garantir excelência na educação (p.217).

Não é por acaso que à própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), prevê um espaço especial à educação infantil na educação básica como modalidade específica do ensino no país, buscando sempre à promoção do desenvolvimento integral das crianças até seis

anos de idade. Não obstante, fazendo uma digressão histórica da presença da educação infantil no ensino nacional, Cury (1998, p. 9), quando afirma que à,

Lei de Diretrizes e Bases de 1961(4.024/61) terá referência muito discreta com relação à Educação Infantil, considerando-a dentro do Grau Primário. Há uma distinção ali no interior do Grau Primário: a Educação pré-escolar e o Ensino Primário. A Lei 4.024 diz que a educação pré-escolar se destina, e agora sim, pela primeira vez, aos menores de sete anos, que serão atendidos em escolas maternas e jardins de infância.

São justamente junto às faixas etárias de crianças até sete anos de idade onde os órgãos governamentais focam os seus maiores esforços para promover as políticas públicas voltadas ao ensino e aprendizagem e neste diapasão surge o lúdico como sendo uma das formas que podem ser utilizadas pelos pedagogos e demais profissionais engajados nesta modalidade de educação nos processos de construção do saber coletivo.

A fundamentação jurídica do direito de brincar não é apenas uma questão relevante apenas no âmbito acadêmico. Ela possui considerável relevância prática para sua normatização e implementação concreta no contexto escolar que tem a responsabilidade de garantir o melhor interesse da criança-cidadã. É preciso considerar que esta fundamentação pode ter por base o direito individualista da relação entre pais e filhos no ambiente doméstico, bem como uma fundamentação dentro da perspectiva do direito público. Oliveira (2009, p. 46) nos informa que,

Huizinga (1980) situa o lúdico como um elemento da cultura, presente em todas as formas de organização social, das mais primitivas às mais sofisticadas. Concebe-lhe uma função significativa, ou seja, afirma que a essência do lúdico não é material, uma vez que ultrapassa os limites da realidade física, encerra um determinado sentido, transcendendo as necessidades imediatas da vida. O lúdico traz em seu enredo a representação da realidade (matéria, natureza) recriada metaforicamente. Trata-se da realização de uma aparência. Pressupõe uma mudança de perspectiva para a esfera teatral ou representativa, em que as coisas são aceitas pelo que são vivenciadas. É a lógica do faz de conta, do “como se” (Campbell, 1992).

A contraposição entre o direito público e o direito individualista, numa atitude radicalista, pode levar ao apagamento dos direitos de liberdade da criança no ambiente coletivo ou o apagamento da responsabilidade da coletividade e a desconsideração dos contextos únicos que fazem parte do momento de vida da criança. Prosseguindo na mesma linha de pensamento, Oliveira op. cit. (p.70), afirma que:

O valor educativo do lúdico, portanto, está relacionado à sua condição de mobilizar as fantasias da ordem do erótico e do agressivo como alimento para a construção de racionalidade, no plano individual ou coletivo, transformado pela via da simbolização e da sublimação em um produto socialmente aceitável.

É justamente neste campo fértil do inconsciente imaginário infantil, que se processam as transformações simbólicas responsáveis pela socialização do indivíduo dentro de um processo ético e moralmente aceitável, sendo pertinente que nossa legislação pátria resguarde com afincos o direito constitucionalmente posto à educação infantil.

Senão vejamos o que Cury, (op. Cit, p. 13), expõe em relação aos artigos da LDB, que enfocam a educação infantil:

Assim, os artigos referentes à Educação Infantil dentro do capítulo da Educação Básica ganharam uma seção própria, o que é uma dignidade do ponto de vista da construção jurídica. Esta dignidade própria está lá, nos seus objetivos: o desenvolvimento integral da criança até 6 anos, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais, sociais, complementando a ação da família e da comunidade.

O desenvolvimento integral do infante até os seis anos é justamente o ponto central do ordenamento jurídico basilar de nossa educação nacional, trazendo neste sentido, uma discussão cogente vinculada aos ditames da cidadania e democracia tão decantadas em nossa Constituição Federal de 1988. Desta feita, o ato de brincar, ganha importância nas sociedades modernas em face das transformações ocorridas no seio da organização social e familiar ao longo do tempo. Não é outro o ponto de vista defendido por SILVA, Léa Stahlschmidt P. Et. al. (2005, p. 79), quando afirmam que:

Nas sociedades modernas, o brinquedo e a brincadeira são considerados constitutivos da infância, como consequência das transformações da organização familiar e social na história, através do processo de industrialização e urbanização da sociedade. A vida infantil foi se construindo em contraposição à vida do adulto. Foi um longo caminho percorrido para o reconhecimento da diferença entre a criança e o adulto. A primeira, caracterizada pela sua capacidade de brincar e imaginar, espaço privilegiado de novas formas de entendimento do real, que por sua vez, possibilita o desenvolvimento infantil, o último, pela crescente importância destinada ao trabalho.

As funções primordiais desempenhadas pela industrialização e urbanização da sociedade, abriram espaços para o desenvolvimento de uma cultura de inserção do lúdico no desenvolvimento psicossocial das crianças em função do mercado de trabalho e suas características específicas e de valorização da educação infantil, como sendo a meta para a

consolidação de bases sociais sólidas na construção do adulto do porvir. Janete Hansen, et al. 2007, (p. 141),

A produção de conhecimento acerca da brincadeira é importante e se faz necessária para que as pessoas que estão diretamente em contato com as crianças (pais, professores, e outros profissionais envolvidos) estimulem mais esse comportamento, bem como propiciem um ambiente em que o brincar ocorra de forma mais enriquecedora. Os adultos devem trabalhar para que os riscos sejam diminuídos e os benefícios sejam aumentados.

Mais do que justificadas estão à presença das brincadeiras na construção do perfil educativo sadio de nossas crianças na sociedade hodierna em consonância com os ditames da psicologia evolucionista da pessoa humana em construção contínua ao longo da vida. No âmbito escolar, o papel do brincar no desenvolvimento infantil, possui grande importância. “Concluindo, a pesquisa corroborou os estudos recentes sobre o brincar, destacando a importância desta atividade para o desenvolvimento infantil e para as instituições educativas. Além disso, enfatizou a utilização do brincar nesses contextos para que ele possa ser de fato, um facilitador”. CARVALHO et. al., (2005, p. 225).

É sabido, que as desigualdades sociais e econômicas ainda são enormes. Para constatar essa realidade, basta fazermos algumas visitas às escolas públicas de educação básica municipais de incontáveis cidades brasileiras especialmente no Nordeste do país, para confirmarmos empiricamente nossas assertivas. As vestimentas (fardamento), o material escolar utilizado, a situação econômica dos pais e/ou responsáveis, que matricularam essas crianças nas escolas/creches públicas...

Neste sentido, num ufanoso projeto, visando aliar educação ao resgate da cidadania a Lei de Diretrizes e bases da Educação (LDB), também destaca que, (...) “educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. (LDB Art. 22.)

Seguindo com o pensamento protetivo integral ao indivíduo na fase da infância (e adolescência) à lei nº 8.069/90, popularmente conhecida como sendo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo terceiro é preclaro em afirmar que,

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e

facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL, 1990).

Da análise do artigo acima, de logo vemos o desejo premente do legislador pátrio em enaltecer a importância de protegermos e proporcionarmos as crianças e adolescentes o pleno gozo dos chamados direitos fundamentais que no seu bojo consta em posição de destaque ao nosso sentir, à educação e a saúde, em “*ultima ratio*”, lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade humanas que lhes são próprios.

Num plano internacional, são válidas às assertivas de Andrade, quando destaca que,

Os programas, estudos e documentos oficiais publicados pelo Ministério da Educação e Cultura, os quais culminaram com a elaboração da Política Nacional de Educação Infantil (2006), foram norteados pelas metas estabelecidas na Conferência Internacional de Jomtiem, ocorrida em 1990, na Tailândia, a qual reuniu vários países e órgãos internacionais para a discussão da educação básica no mundo. O Brasil é signatário das diretrizes estabelecidas pela Conferência de Jomtiem, na qual o tema da primeira infância ganha destaque como primeira meta: “expandir e melhorar o cuidado e a educação da primeira infância, de modo integrado especialmente para as crianças vulneráveis e desfavorecidas” (Penn, 2002, p.9). (ANDRADE p.148/149, 2010).

Desta feita, restam devidamente comprovados os motivos pelos quais o Brasil hoje adota via Ministério da Educação, uma política alinhada ao pensamento global tão bem insculpido na Conferência Internacional de Jomtiem, ocorrida em 1990, restando a todos nós brasileiros e especialmente os que atuam na seara da educação (infantil), à devida aplicação e cobrança junto aos órgãos competentes a efetividade dos ditames legais decantados desde a Constituição Federal até as normas especiais próprias à Educação Infantil, como é o caso do RCNEI, *in verbis*: [...] – “A organização dos conteúdos para o trabalho com movimento deverá respeitar as diferentes capacidades das crianças em cada faixa etária, bem como as diversas culturas corporais presentes nas muitas regiões do país”. (BRASIL. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil-Vol.3, p.27).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente nos meios escolares brasileiros, percebemos o interesse crescente dos pesquisadores na análise da importância do ato de brincar no decorrer do processo de construção educacional das crianças ao longo de sua vida acadêmica. O presente estudo, busca mediante pesquisa bibliográfica, demonstrar como o ato de brincar interfere decisivamente no futuro psicoemocional, bem como no rendimento escolar dos educandos e desta forma, requerendo para tanto, um estudo profícuo, que perpassa por diversos critérios ético-legais e métodos de pesquisa adequados, uma vez que por suas peculiaridades (pois se trata de pessoas juridicamente incapazes), de uma série de cuidados especiais, no sentido de se resguardar a intimidade infantil e humana num ambiente escolar associado ao lúdico e suas implicações didático-pedagógicas.

Nossa trajetória acadêmica na aquisição formal da conclusão do curso de Pedagogia requer do aprendente o desenvolvimento de habilidades que transcendem o mero acúmulo cognitivo prático e/ou teórico em termos didáticos e metodológicos eis que ensinar crianças pequenas tem muito a ver com sensibilidade, amorosidade e respeito ao ser humano infantil em paulatino desenvolvimento biopsicossocial, bem como à própria ética na profissão que abraça.

Quando nos propomos ao estudo do tema em epígrafe neste estudo simplório, não imaginávamos em hipótese alguma, a profundidade e a riqueza teórica e científica do que já fora devidamente produzido ao longo do tempo, bem como às novas tendências e perspectivas teóricas no âmbito do lúdico e da psicologia infantil bem como suas intrínsecas relações com a educação voltada ao integral e específico foco nas crianças em seus primeiros anos de vida repletos de perspectivas e constante aprendizado.

Desta feita, é importante neste momento conclusivo, não somente dizer dos inúmeros desafios superados ao longo da produção, pesquisa, digitação e redação deste estudo, mas principalmente deixar claro nossa posição entusiasta no que se refere às inúmeras possibilidades no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem e o papel relevante do Pedagogo, funcionando como agente norteador deste processo, sempre levando em consideração os requisitos principiológicos que norteiam à Pedagogia como Ciência e especificamente o caráter leve e ao mesmo tempo científico que a ludicidade pode oferecer à educação como um todo.

Portanto, resta aos educadores modernos, utilizar o bom senso e à coerência para perceber quando, e onde devem utilizar as técnicas lúdicas sempre buscando a interface com os temas estudados no currículo escolar sem esquecer jamais do prévio conhecimento da idade destes educando para que não venha desperdiçar o tempo de estudo em sala com jogos e/ou brincadeiras que pouco ou nada tenha a ver com a realidade destes discentes que apesar de sua pouca idade, conseguem perceber com capacidade ímpar, se estamos devidamente preparados ou não para o desafio maior que à arte de ensinar é acima de tudo a de aprender... Aprender com eles e suas histórias de vida, suas expressões constantes de emoções pelo convívio diário no ambiente escolar, gerador de uma relação de confiança que não se limita apenas ao fator profissional, mas afetivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Fernanda Gomes e Ana Marta Aparecida de Souza Inez. **Brincar e aprender: A Função do jogo na escola de educação infantil de Ipatinga-MG.** Disponível em: http://www.unilestemg.br/revistaonline/volumes/02/downloads/artigo_01.pdf. Acesso em: 14/09/2016.

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. Educação infantil discurso, legislação e práticas institucionais. São Paulo : Cultura Acadêmica, 2010. 194p.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação.** *Educ. Soc.* [online]. 1997, vol.18, n.59, pp.398-404. ISSN 0101-7330. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73301997000200011>.

BETTELHEIM, Bruno. **Uma vida para seu filho**, São Paulo, Artmed, 1984. 358p.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação. Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. Vol.3.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação. Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. Vol.1.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília : MEC/SEF, 1997.126p.

_____. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. RESOLUÇÃO N. 5, de 17 de DEZEMBRO DE 2009. **Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília: 2009.

_____. Ministério da Saúde. Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS: tecendo redes para garantir direitos / Ministério da Saúde, Conselho Nacional do Ministério Público. — Brasília : Ministério da Saúde, 2014. 60 p. : il. ISBN 978-85-334-2162-2.

_____. Constituição Federal de 1988. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> . Acesso em: 21/10/2016.

_____. Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 21/10/2016.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm>. Acesso em: 21/10/2016.

_____. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil- Vol.3. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>>. Acesso em: 21/10/2016.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: introdução**. [4. ed.] / elaboração Marilda Moraes Garcia Bruno. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 45 p. : il. 1. Educação infantil. 2. Educação das pessoas com deficiências. 3. Atendimento especializado. 4. Educação inclusiva. I. Brasil. Secretaria de Educação Especial. II. Título.

CARVALHO Et. Al., **Brincar e Educação: Concepções e Possibilidades**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, n. 2, p. 217-226, mai./ag.o. 2005.

CURY, Carlos Roberto Jamil. In, **A educação infantil como direito**. MEC, 1998, Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil. Vol. II, Brasília, 1998.

DIAS, Isabel Simões, Sônia Correia e Patrícia Marcelino. In: **Desenvolvimento na primeira infância: características valorizadas pelos futuros educadores de infância**. Revista Eletrônica de Educação, v. 7, n. 3, p.9-24 ISSN 1982-7199 | Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br>.

HANSEN J, Macarini SM. Martins GDF, Wanderlind FH, Vieira ML. **O brincar e suas implicações para o desenvolvimento infantil a partir da Psicologia Evolucionista**. Rev Bras Crescimento Desenvol Hum 2007; 17(2):133-143.

HUIZINGA, J. (2000). **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. Perspectiva: São Paulo.

JESUS, Rosana Maria de, e Natália Nunes Scoralick Lempke. SynThesis Revista Digital FAPAM, Pará de Minas, v.6, n.6, 309-325, dez. 2015. ISSN 2177-823X www.fapam.edu.br/revista.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Brinquedos e brincadeiras na educação infantil. ANAIS DO I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, novembro de 2010.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Educação, Ludicidade e Prevenção das Neuroses Futuras: uma proposta pedagógica a partir da Biossíntese (2005)**. Disponível em: <<http://www.luckesi.com.br/artigoseducacaoludicidade.htm>>. Acesso em: 05/09/2016.

_____, Cipriano Carlos. **Brincar: o que é brincar? (2005)**. Disponível em: <<http://www.luckesi.com.br/artigoseducacaoludicidade.htm>>. Acesso em: 05/09/2016.

MARCOLINO, Suzana; MELLO, Suely Amaral. **Temas das Brincadeiras de Papéis na Educação Infantil**. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 35, n. 2, p. 457-472, jun. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-

98932015000200457&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 13 set. 2016.
<http://dx.doi.org/10.1590/1982-370302432013>.

MARQUES, Fernanda Martins; SPERB, Tania Mara. **A escola de educação infantil na perspectiva das crianças**. Psicol. Reflex. Crit., Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 414-421, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722013000200022&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 14 set. 2016.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722013000200022>.

_____, Tizuko Morchida; ONO, Andréia Tiemi. **Brinquedo, gênero e educação na brinquedoteca**. Pro-Posições, Campinas, v. 19, n. 3, p. 209-223, dez. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072008000300011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 13 set. 2016.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072008000300011>.

MOREIRA, LMA. **Desenvolvimento e crescimento humano: da concepção à puberdade**. In: *Algumas abordagens da educação sexual na deficiência intelectual [online]*. 3rd ed. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 113-123. Bahia de todos collection. ISBN 978-85-232-1157-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

OLIVEIRA, ML., org. **(Im) pertinências da educação: o trabalho educativo em pesquisa** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 193 p. ISBN 978-85-7983-022-8.

OLIVEIRA, Paulo César de, Educação e Emancipação: **Reflexões a partir da filosofia de Theodor Adorno**. Theoria - Revista Eletrônica de Filosofia. Edição 01/2009.

OLIVEIRA, Indira Caldas Cunha de. Rosângela Francischini. **A importância da brincadeira: o discurso de crianças trabalhadoras e não trabalhadoras**. Psicologia: Teoria e Prática – 2003, 5(1):41-56.

QUEIROZ, Norma Lucia Neris de; MACIEL, Diva Albuquerque; BRANCO, Ângela Uchôa. **Brincadeira e desenvolvimento infantil: um olhar sociocultural construtivista**. Paidéia (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, v. 16, n. 34, p. 169-179, ago. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2006000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 13 set. 2016.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2006000200005>.

RABELLO, E.T. e PASSOS, J. S. **Vygotsky e o desenvolvimento humano**. Disponível em <<http://www.josesilveira.com>> Acesso no dia 13/10/2016.

ROLIM, Amanda Alencar Machado, Siena Sales Freitas Guerra e Mônica Mota Tassigny. **Uma leitura de Vygotsky sobre o brincar na aprendizagem e no desenvolvimento infantil**. Rev. Humanidades, Fortaleza, v. 23, n. 2, p. 176-180, jul./dez. 2008.

SANTOS, Élia Amaral do Carmo. **O Lúdico no processo ensino-aprendizado**. Disponível em: http://need.unemat.br/4_forum/artigos/elia.pdf. Acesso em 14/09/2016.

S. T. D. Cordazzo, J. P. Westphal, F. B. Tagliari, M. L. Vieira, A. M. F. Oliveira. **Metodologia observacional para o estudo do brincar na escola**. Avaliação Psicológica, 2008, 7(3), pp. 427-438. Metodologia observacional para o estudo do brincar na escola. p. 433.

TEIXEIRA, Hélita Carla e Maria Neli Volpini. **A importância do brincar no contexto da educação infantil: creche e pré-escola**. *Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade*, Bebedouro-SP.1 (1): 76-88, 2014. Disponível em: <http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/31/04042014074001.pdf>. Acesso em: 14/09/2016.

SILVA, Léa Stahlschmidt P. Et. Al. **O brincar como portador de significados e práticas sociais**. Revista do Departamento de Psicologia - UFF, v. 17 - n. 2, p. 77-87, Jul./Dez. 2005

VALLE, Luiza Elena Leite Ribeiro do. **Psicologia escolar: um duplo desafio**. *Psicol. cienc. prof.* [online]. 2003, vol.23, n.1, pp.22-29. ISSN 1414-9893. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932003000100004>.

VYGOTSKY, L. S. **Aprendizagem, desenvolvimento e linguagem**. 2. ed. São Paulo: Ícone, 1998.

YIN, Robert k. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

8- ANEXO

REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO



Sala de aula – 2º ano Ed. Infantil Escola Municipal de Ensino Fundamental “Francisco Felipe dos Santos- Duas Estradas-PB. Acervo Pessoal do autor – Nov/2016.



Sala de aula – 2º ano Ed. Infantil Escola Municipal de Ensino Fundamental “Francisco Felipe dos Santos- Duas Estradas-PB. Acervo Pessoal do autor – Nov/2016.



Alunos da sala de aula – 2º ano Ed. Infantil Escola Municipal de Ensino Fundamental “Francisco Felipe dos Santos-Duas Estradas-PB. Acervo Pessoal do autor – Nov/2016.



Alunos da sala de aula – 2º ano Ed. Infantil Escola Municipal de Ensino Fundamental “Francisco Felipe dos Santos-Duas Estradas-PB. Acervo Pessoal do autor – Nov/2016.



Alunos e Professora em atividade em sala de aula – (2º ano Ed. Infantil Escola Municipal de Ensino Fundamental “Francisco Felipe dos Santos- Duas Estradas-PB). Fonte: Acervo Pessoal do autor – Nov/2016.



Autor com alunos, após atividade de Estágio (2º ano Ed. Infantil Escola Municipal de Ensino Fundamental “Francisco Felipe dos Santos- Duas Estradas-PB). Fonte: Acervo Pessoal do autor – Nov/2016.



Autor com alunos, realizando atividade de Estágio (2º ano Ed. Infantil Escola Municipal de Ensino Fundamental "Francisco Felipe dos Santos- Duas Estradas-PB). Fonte: Acervo Pessoal do autor – Nov/2016.



Autor com alunas, realizando intervalo de Estágio (2º ano Ed. Infantil Escola Municipal de Ensino Fundamental "Francisco Felipe dos Santos- Duas Estradas-PB). Fonte: Acervo Pessoal do autor – Nov/2016.



Autor com alunos, realizando atividade de Estágio (2º ano Ed. Infantil Escola Municipal de Ensino Fundamental "Francisco Felipe dos Santos- Duas Estradas-PB). Fonte: Acervo Pessoal do autor – Nov/2016.



Mural com atividades produzidas durante atividade de Estágio Supervisionado em Educação Infantil (2º ano Ed. Infantil Escola Municipal de Ensino Fundamental "Francisco Felipe dos Santos- Duas Estradas-PB). Fonte: Acervo Pessoal do autor – Nov/2016.